



EQUIPE INTERDISCIPLINAR E VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR CONTRA A CRIANÇA E ADOLESCENTE

SIMONE SOUZA DE FREITAS; VICTORIA MARIA SIQUEIRA FERREIRA; KAMILLA DA COSTA CORREIA; ANDRESSA MONTEIRO GOMES; LUIZ CARLOS DA SILVA

RESUMO

Atos violentos que ocorrem dentro dos lares se enquadram no conceito de violência intrafamiliar, que pode ser compreendida como qualquer ação que prejudica a integridade física, psicológica, o bem-estar e a liberdade de um membro da família, mesmo na ausência de vínculos sanguíneos. Entre os tipos de violência que afetam esse grupo, estão a violência física, psicológica, sexual e negligência. As crianças e adolescentes são frequentemente as principais vítimas de violações, pois representam o grupo etário mais vulnerável. Trata-se de uma revisão integrativa, com abordagem qualitativa. Os critérios de inclusão elencados foram: artigos publicados em periódicos científicos entre 2019 à 2022, disponíveis na íntegra por meio do acesso livre, no idioma português e que, independentemente do delineamento, abordem a temática proposta. Foram excluídas as publicações repetidas nas bases de dados, aquelas que não responderam à questão do estudo; bem como teses, dissertações, resumos de congresso, anais, editoriais, comentários e opiniões e documentos técnicos. O levantamento da literatura foi realizado através de consulta no portal da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Dados indicam que aproximadamente 80% dos casos de violência denunciados têm origem no ambiente doméstico da vítima, com os perpetradores, em sua maioria, sendo os pais biológicos ou adotivos. Entretanto, observou-se em nossa pesquisa que a assistência muitas vezes é inadequada e não consegue garantir integralmente os direitos das crianças e adolescentes. Isso ocorre devido à falta de recursos para a resolução dos casos e à precariedade dos serviços, resultando em uma lacuna na disponibilidade de serviços essenciais. Uma das principais causas desse problema é a ausência de uma equipe interdisciplinar completa e uma falta de integração efetiva entre os profissionais, levando a uma sobrecarga em suas funções e dificultando a prestação de serviços de qualidade. Conclui-se que a concepção de uma equipe interdisciplinar que atuem em rede eficaz deve incorporar o apoio mútuo, a solidariedade e um compromisso inter-relacional sólido. Esses elementos são cruciais para a prevenção, enfrentamento e atendimento de situações de violência, visando à construção de uma cultura de paz.

Palavras-chave: Criança; Adolescente; Equipe Interdisciplinar; Violência Infantil; Maus-Tratos Infantis

1 INTRODUÇÃO

Atos violentos que ocorrem dentro dos lares se enquadram no conceito de violência intrafamiliar, que pode ser compreendida como qualquer ação que prejudica a integridade física, psicológica, o bem-estar e a liberdade de um membro da família, mesmo na ausência de vínculos sanguíneos (AGUIAR, 2019). Geralmente, essa forma de violência é perpetrada por alguém que ocupa uma posição de poder e autoridade em relação à vítima, afetando pessoas de todas as idades, incluindo crianças, adolescentes (BÉRUBÉ, 2020). Estima-se que, a cada

ano, cerca de metade das crianças com idades entre 2 e 17 anos seja vítima de algum tipo de violência, o que equivale a aproximadamente 1 bilhão de crianças em todo o mundo (WHO, 2020). Na maioria desses casos, a violência ocorre no ambiente familiar e é perpetrada por membros da própria família, aqueles que têm a responsabilidade de proteger, educar e respeitar as crianças e adolescentes (OLIVEIRA, 2020). Entre os tipos de violência que afetam esse grupo, estão a violência física, psicológica, sexual e negligência (LANGEVIN, 2021). As crianças e adolescentes são frequentemente as principais vítimas de violações, pois representam o grupo etário mais vulnerável devido ao seu estágio especial de desenvolvimento (OLIVEIRA, 2020). Sua imaturidade física, cognitiva e psicológica os torna suscetíveis a agressores, geralmente adultos, que possuem características como maior estatura, força física e capacidades cognitivas avançadas, o que pode resultar em situações de coerção e repressão (TRICCO, 2018). A violência é amplamente reconhecida como um problema de saúde pública e, nessa abordagem, é entendida além de uma perspectiva individualizada, considerando fatores sociais determinantes, como elementos familiares, comunitários, regionais e culturais (WHO, 2020). Nesse contexto, a violência não é encarada como uma questão puramente ligada ao agressor ou como uma limitação da vítima, mas sim como um grave problema social que impacta adversamente a saúde de todas as pessoas envolvidas (AGUIAR, 2019). Com essa visão, para lidar com a violência intrafamiliar, é necessário adotar uma abordagem abrangente que incorpore conhecimentos já consolidados em diversas áreas, especialmente no âmbito social (LANGEVIN, 2021). Isso implica na superação da separação entre a prática clínica e a promoção da saúde coletiva, visto que o enfrentamento da violência intrafamiliar demanda uma intervenção que una a expertise e a ação em ambos os campos (TRICCO, 2018). Diante do exposto, é fundamental destacar que os profissionais que compõem a equipe interdisciplinar como médicos, enfermeiros, assistentes sociais, psicólogos, educadores e profissionais jurídicos podem analisar os casos de forma holística, considerando tanto os aspectos médicos, psicossociais como o jurídico e os profissionais da saúde devem oferecer atendimento centrado na atenção integral à saúde, mantendo um olhar atento para identificar possíveis sinais de crianças ou adolescentes que tenham sofrido violência (LANGEVIN, 2021). Além de observar possíveis indicadores físicos, é igualmente importante monitorar o comportamento tanto das crianças quanto de seus pais. Geralmente, vítimas de violência podem demonstrar sinais como timidez excessiva, carência afetiva, baixa autoestima, passividade ou hiperatividade (BÉRUBÉ, 2020). Diante do exposto, o presente artigo objetiva investigar na literatura a eficácia da abordagem interdisciplinar na prevenção, identificação e intervenção em casos de violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de uma revisão integrativa, com abordagem qualitativa, que consiste na construção de uma análise ampla da literatura a partir da síntese do conhecimento sobre um determinado tema, contribuindo para discussões sobre resultados de pesquisas, assim como reflexões sobre lacunas a serem preenchidas com a realização de novos estudos. Para tanto, de acordo com as autoras supracitadas, foram percorridas seis etapas distintas: (1) identificação do tema e seleção da questão de pesquisa; (2) estabelecimento de critérios para inclusão e exclusão de estudos e busca na literatura; (3) definição das informações a serem extraídas dos estudos selecionados; (4) avaliação dos estudos incluídos na revisão integrativa; (5) interpretação dos resultados; e (6) apresentação da revisão e síntese do conhecimento. A questão norteadora da pesquisa é: "Como a abordagem interdisciplinar pode ser efetiva na compreensão, prevenção, identificação e intervenção em casos de violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes, visando à promoção do bem-estar e à proteção dessa população vulnerável?". Os critérios de inclusão elencados foram: artigos publicados em periódicos científicos entre 2019 à 2022,

disponíveis na íntegra por meio do acesso livre, no idioma português e que, independentemente do delineamento, abordem a temática proposta. Foram excluídas as publicações repetidas nas bases de dados, aquelas que não responderam à questão do estudo; bem como teses, dissertações, resumos de congresso, anais, editoriais, comentários e opiniões e documentos técnicos. O levantamento da literatura foi realizado através de consulta no portal da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), que reúne as principais bases de dados em Ciências da Saúde. No formulário de busca avançada, a estratégia de busca foi associada por meio dos operadores booleanos (AND e OR) dos seguintes descritores: Criança, Adolescente, Equipe Interdisciplinar, Violência Infantil, Maus-Tratos Infantis. Todos os artigos rastreados nas bases de dados eletrônicas foram avaliados primeiramente por seus títulos e resumos. Aqueles que atenderam os critérios de inclusão ou não apresentaram elementos suficientes para determinar sua exclusão foram obtidos na íntegra e avaliados de acordo com a resposta à questão norteadora e ao objetivo desta revisão. Na coleta dos dados, para organização e sumarização dos artigos que compuseram a amostra final, foi utilizado um instrumento, elaborado pela proponente da pesquisa. Buscou-se sintetizar as informações dos artigos, contemplando as características da publicação (o título, o ano da publicação, o periódico científico, os autores e sua categoria profissional) e o estudo realizado (o objetivo, o tipo de pesquisa, os participantes da pesquisa, o método de coleta e análise dos dados, os principais resultados e a conclusão). As categorias de análise foram construídas a partir da avaliação crítica dos artigos incluídos na revisão, utilizando a análise de conteúdo na modalidade temática proposta Minayo (2008). De acordo com a autora, a análise temática consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem um dado, cuja presença ou frequência tenham significado para o objeto em estudo. Dessa forma, a análise dos dados foi conduzida em três etapas, sendo a primeira relacionada ao desmembramento dos textos em unidades, que foram categorizadas na segunda etapa; e, por fim, na terceira etapa, cada item foi discutido a fim de realizar interpretações, articulando com o quadro teórico pertinente à temática. A síntese do conhecimento produzido foi apresentada por meio de discussão com a literatura pertinente e quadros para a caracterização dos estudos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As buscas nas bases de dados pesquisadas capturaram 69.253 referências. Foram excluídos 67.632 artigos. Após a exclusão de 32 repetições e de 17 que não respondiam ao objetivo, selecionaram-se 15 estudos para serem lidos na íntegra, sendo todos incluídos nos resultados desta revisão. Os anos que apresentaram o maior número de artigos foram 2020 e 2021 com o total de seis publicações cada, seguido de 2022 com três publicações. Discussões sobre violência contra crianças e adolescentes são invariavelmente desafiadoras, dado o profundo enraizamento histórico desse problema, que se transformou ao longo do tempo, adquirindo complexidade em termos de tipos, causas e consequências. Essa forma de violência sempre permeou a vida das crianças e adolescentes, manifestando-se de maneiras sutis e explícitas. A Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990 marcaram um momento crucial no reconhecimento e na proteção desses cidadãos, estabelecendo o Princípio da Proteção Integral, conforme estabelecido no artigo 227 da Constituição e nos artigos 1º e 3º do ECA. No âmbito da pesquisa de Bérubé (2020), quatro tipos de violência são considerados: violência física, psicológica, negligência e sexual. Quando ocorrem dentro do ambiente familiar, tornam-se especialmente difíceis de serem identificadas, uma vez que a criança muitas vezes vê o agressor como seu protetor e reluta em denunciá-lo. Vítimas de violência na infância, seja ela física ou psicológica, podem, como apontado por Langevin (2021), tornar-se adultos propensos a replicar esse padrão de comportamento em outros contextos e relacionamentos, especialmente quando não conseguem estabelecer formas

alternativas de interação, perpetuando assim o ciclo de abuso. Vale destacar que todas essas formas de violência ocorrem predominantemente no seio da família, e, portanto, a violência intrafamiliar pode ser definida como qualquer ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física ou psicológica, a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de outro membro da família. Essa violência pode ser perpetrada dentro ou fora de casa por qualquer membro da família, incluindo pessoas que desempenham um papel parental, mesmo que não haja laços de sangue, mas uma relação de autoridade. O conceito de violência intrafamiliar não se limita apenas ao local físico em que ocorre, mas abrange também as dinâmicas relacionais em que se manifesta. Dados indicam que aproximadamente 80% dos casos de violência denunciados têm origem no ambiente doméstico da vítima, com os perpetradores, em sua maioria, sendo os pais biológicos ou adotivos. O enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes geralmente começa com a assistência familiar, e quando isso se revela insuficiente, ocorre o encaminhamento para a Promotoria e o Ministério Público. Entretanto, observou-se em nossa pesquisa que a assistência muitas vezes é inadequada e não consegue garantir integralmente os direitos das crianças e adolescentes. Isso ocorre devido à falta de recursos para a resolução dos casos e à precariedade dos serviços, resultando em uma lacuna na disponibilidade de serviços essenciais. Uma das principais causas desse problema é a ausência de uma equipe interdisciplinar completa e uma falta de integração efetiva entre os profissionais, levando a uma sobrecarga em suas funções e dificultando a prestação de serviços de qualidade. Portanto, a necessidade de uma abordagem multidisciplinar e uma rede eficaz de profissionais torna-se evidente para superar esses desafios.

4 CONCLUSÃO

A condução desta pesquisa revelou que a colaboração da equipe interdisciplinar em rede para abordar situações de violência contra crianças e adolescentes transcende as fronteiras do lar, pois a violência é um fenômeno complexo que requer ações interdisciplinares. Portanto, a concepção de uma equipe interdisciplinar que atuem em rede eficaz deve incorporar o apoio mútuo, a solidariedade e um compromisso inter-relacional sólido. Esses elementos são cruciais para a prevenção, enfrentamento e atendimento de situações de violência, visando à construção de uma cultura de paz. Essa cultura deve ser baseada no respeito à vida, à diversidade, à empatia, à igualdade nas relações de gênero e etnias, promovendo o diálogo e garantindo os direitos humanos. Nesse sentido, as instituições devem abandonar suas abordagens isoladas e pontuais, colaborando de maneira conjunta e multidisciplinar para obter resultados mais eficazes no combate à violência.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, B.F.; ROZIN, L.; TONIN, L. Caracterização da violência contra a criança e o adolescente no estado do Paraná. *Revista Baiana de Saúde Pública*, v. 43, n. 1, p. 180-193, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.22278/2318-2660.2019.v43.n1.a2936>. Acesso em: Agosto de 2023.

BÉRUBÉ, A.; BLAIS, C.; FOURNIER, A.; TURGEON, J.; FORGET, H.; COUTU, S.; DUBEAU, D. Childhood maltreatment moderates the relationship between emotion recognition and maternal sensitive behaviors. *Child Abuse & Neglect*, v. 102, p. 104432, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2020.104432>. Acesso em: Agosto de 2023.

LANGEVIN, R.; MARSHALL, C.; KINGSLAND, E. Intergenerational cycles of

maltreatment: a scoping review of psychosocial risk and protective factors. *Trauma, Violence, & Abuse*, v. 22, n. 4, p. 672-688, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1524838019870917>. Acesso em: Agosto de 2023.

OLIVEIRA, N.F.D.; MORAES, C.L.D.; JUNGER, W.L.; REICHENHEIM, M.E. Violence against children and adolescents in Manaus, Amazonas State, Brazil: a descriptive study of cases and evaluation of notification sheet completeness, 2009-2016. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, v. 29, p. e2018438, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5123/s1679-49742020000100012>. Acesso em: Agosto de 2023.

TRICCO, A.C.; LILLIE, E.; ZARIN, W.; O'BRIEN, K.K.; COLQUHOUN, H.; LEVAC, D. et al. PRISMA extension for Scoping Review (PRISMA-ScR): checklist and explanation. v. 169, n. 7, p. 467-473, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.7326/m18-0850>. Acesso em: Agosto de 2023.

World Health Organization (WHO). Global status report on preventing violence against children. Geneva: World Health Organization. Licence: CC BY-NC-SA 3.0 IGO. 2020. [Acesso em 01 set 2023]. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789240004191>